



## REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Defesa Nacional

Portugal apresentou recentemente a sua candidatura ao Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE), um novo instrumento financeiro, com um valor até 150 mil milhões de euros, da União Europeia que apoiará os Estados-Membros que pretendam investir na produção industrial no setor da defesa através da contratação conjunta, centrando-se nas capacidades prioritárias.

No final de novembro, o Governo avançou com a adesão formal ao programa SAFE dando acesso a uma fatia de 5,8 mil milhões de euros para o reforço das capacidades de defesa do país.

Segundo o Governo pretendemos investir, via SAFE, em fragatas, em artilharia de campanha, em satélites, em veículos médios de combate, em viaturas táticas, em munições, em sistemas anti-aéreos e em drones, sendo que no caso dos drones, o projeto do SAFE é liderado por Portugal.

Este é um investimento histórico para a Defesa Nacional e para Portugal, assumindo-se como uma opção estruturante para o futuro do país e para o nosso posicionamento externo, nomeadamente no reforço da defesa europeia e da nossa presença na NATO.

Perante este investimento, superior ao previsto na própria Lei de Programação Militar, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e o Grupo Parlamentar do CDS-PP, entendem que a Comissão de Defesa Nacional deve, após a aprovação da candidatura de Portugal e a definição dos equipamentos a comprar, acompanhar

com a devida atenção todo este processo, para o qual **vem requerer a audição do Ministro da Defesa Nacional, do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, do Chefe de Estado Maior do Exército, do Chefe de Estado Maior da Marinha e do Chefe de Estado Maior da Força Aérea.**

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2025

Os deputados do PSD e do CDS

Bruno Ventura

Bruno Vitorino

João Almeida

Martim Syder

José Lago